



1                   **Ata da Sessão Ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional**  
2                   **Tocantins – Triênio 2016/2018**  
3                   (4ª Sessão Ordinária)

4  
5   **Data:** 20 de maio de 2016, 14h30min.

6   **Local:** Sede da Subseção de Araguaína

7  
8   Aos 20 (vinte) dias do mês de maio de 2016 às 14h30min na sede da Ordem dos Advogados do Brasil –  
9   Subseção de Araguaína – TO reuniram-se no auditório da Subseção, os **Diretores** da OAB/TO Drs. Walter  
10   Ohofugi Júnior – Presidente da OAB/TO, Célio Henrique Magalhães Rocha – Secretário Geral e Ildo João  
11   Cótica Júnior – Tesoureiro, os **Conselheiros e Conselheiras Estaduais:** Carlene Lopes Cirqueira Marinho,  
12   Carlos César Xavier, Édson Paulo Lins Júnior, Elaine Ayres Barros, Eunice Ferreira Sousa Kuhn, Fábio  
13   Wazilewski, Flaviana Magna de Souza Silva Rocha, Luiz Renato de Campos Provenzano, Maria Edilene  
14   Monteiro Ramos, Meire Aparecida de Castro Lopes e Laedis Sousa da Silva Cunha, **Caixa de Assistência**  
15   **CAATO:** Flávio de Faria Leão, Marcelo César Cordeiro, Ramila Mariane Silva Cavalcante e Jeocarlos dos  
16   Santos Guimarães, os **Presidentes de Subseções** de Araguaína, Colinas e Gurupi Drs. José Pinto  
17   Quezado, Sérgio Menezes Dantas e Alberly César. **Ausências justificadas:** Lucélia Maria Rodrigues  
18   Sabino – Vice - Presidente, Graziela Tavares de Souza Reis – Secretária Adjunta, Adriana Maia de Oliveira,  
19   Aripina Moreira, Alexsander Ogawa da Silva Ribeiro, Annette Diane Riveiros, Antônio César Mello,  
20   Edwardo Nelson Luís Chaves Franco, Elfas Cavalcante Lustosa Aragão Elvas, Elisângela Mesquita Sousa,  
21   Francisco José Sousa Borges, Hellen Cristina Peres da Silva, Patrícia Pereira Barreto, Priscila Costa  
22   Martins, Seilane Parente Nolasco, Silvany Neves Avelino de Souza e Willian de Borba. Após a conferência  
23   no livro de presença o Secretário Geral – Dr. Célio Henrique verificou inexistência de quórum necessário  
24   para instauração da sessão, todavia a pauta foi apreciada, no que não demandava deliberações, ficando  
25   registrando a necessidade de convocação de sessão extraordinária para votação das matérias que exigem  
26   deliberação ou referendo como: aprovação da ata do mês de abril, balancetes da Seccional e da CAATO, e  
27   registro de sociedades. O Presidente da Ordem Dr. Walter Ohofugi cumprimentou os presentes, e  
28   congratou os aniversariantes do mês: Drs. Solano Donato, Patrícia Pereira Barreto, Elfas Cavalcante  
29   Lustosa, Rita de Cássia Vattimo Rocha e Buenã Porto. Em seguida explanou brevemente as melhorias na  
30   esfera administrativa e de pessoal, a saber: avaliação psicológica dos servidores da Ordem, aumento do  
31   vale alimentação creditado através do cartão BrasilCard. Ato contínuo oportunizou ao Gerente  
32   Administrativo – Adail Saldanha à apresentação das receitas e despesas do primeiro trimestre da gestão  
33   2016/2018. O Diretor Tesoureiro Dr. Ildo João Cótica esclareceu aos Conselheiros que os carnês da  
34   anuidade são confeccionados a partir do arquivo encaminhado pela Seccional ao Conselho Federal, que  
35   providencia a impressão e remessa via correios. Assim, os profissionais que eventualmente tenham retirado  
36   o boleto da anuidade de 2016 via site ou diretamente no atendimento e efetuado o pagamento devem  
37   desconsiderar o carnê. O Gerente Sr. Adail apresentou relatórios financeiros planilhados utilizando slides  
38   apontando as dificuldades enfrentadas na emissão dos carnês das anuidades e problemas com a rede  
39   bancária no cadastramento dos novos gestores. Foi apresentada uma planilha comparativa entre o primeiro  
40   quadrimestre de 2015 e 2016 apontando um aumento de receita 24% (vinte e quatro) por cento e redução  
41   de gastos de 11% (onze) por cento. Respectivos dados serão inseridos posteriormente no portal da



1 transparência que está sendo consolidado, no entanto ressaltou que a OAB/TO ainda permanece em  
2 estado de insolvência. Registrou que as gestões anteriores não possuíam fluxo de caixa o que será  
3 implantado nesta gestão com adoção de critérios. Apontou uma inadimplência de R\$ 5.000.000,00 (cinco  
4 milhões de reais) com estimativa de recuperação de aproximadamente R\$ 3.000.000,00 (três milhões de  
5 reais) e, para recuperação de receita a cobrança será intensificada com adoção de medidas enérgicas.  
6 Esclareceu que em recente visita ao Conselho Federal explanou a situação financeira da OAB/TO tendo  
7 referido órgão enfatizado que oferecerão auxílio mediante apresentação de projetos e justificativas. No  
8 tocante as contratações, citou o contrato com a empresa CRP que está gerenciando a rede de informática e  
9 banco de dados. Como medidas imediatas serão implantadas rampas de acesso aos portadores de  
10 necessidades especiais tanto na Subseção quanto na Seccional. Em relação à reforma da Subseção de  
11 Taguatinga, pendente de conclusão, se faz necessário um investimento de R\$ 200.000,00 (duzentos mil  
12 reais). Finalizando a apresentação informou que serão realizadas reuniões com as Comissões para  
13 apresentação dos gastos financeiros, na oportunidade será solicitado às Comissões apresentação de  
14 proposta para execução de quaisquer eventos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para avaliação  
15 da gerência financeira e aprovação. Ato contínuo o Presidente mencionou as ações trabalhistas propo stas  
16 em desfavor da Ordem sob o patrocínio de ex-gestores. Dr. Célio Henrique informou que a Diretoria está  
17 estudando medidas que eventualmente podem ser adotadas em face de ex-gestor que patrocinou ações de  
18 ex-funcionários cujos direitos trabalhistas reclamados decorrem de períodos em que o próprio geriu a  
19 Ordem. Dr. Walter esclareceu que a Ordem irá realizar eventos de forma mais organizada buscando  
20 parcerias e cobrando dos participantes. Citou a caravana da cidadania que será executada em parceria com  
21 o Estado sem impactar o financeiro, adotando a política do básico. Ponderou sobre a viabilidade da  
22 manutenção de algumas Subseções a exemplo a de Taguatinga que possui uma grande estrutura para  
23 atender apenas 20 (vinte) advogados. Dr. Ildo João enfatizou que o Baile do Rubi será autossuficiente sem  
24 concessão de ingressos a nenhum Membro da Ordem. Dr. Edson Lins citou o passivo herdado pela atual  
25 gestão em torno de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil) reais indagando ao Gerente Administrativo acerca da  
26 aprovação das contas e as medidas adotadas para minimizar esses impactos. O Gerente Administrativo  
27 informou que todas as contas mês a mês foram apresentadas e aprovadas nas gestões anteriores. Na  
28 ocasião o Conselheiro sugeriu que fosse feito um estudo requerendo a disponibilização dos  
29 balancetes/fluxos de caixa de forma pormenorizada. Dr. Ildo João esclareceu que as gestões anteriores  
30 fizeram expectativas de receita superiores ao arrecadado acarretando o fechamento das finanças no  
31 “vermelho”. Também explanou a problemática da venda dos imóveis. Dr. Célio Henrique também reportou  
32 ao modelo de gestão anteriormente adotado o que ensejou o fechamento de contas sempre negativas,  
33 atualmente está sendo implantado um novo modelo de gestão com a preocupação em saldar os débitos.  
34 Informou que a Comissão de Orçamentos é composta por profissionais habilitados citando a experiência do  
35 Dr. Buenã Porto. Acrescentou que mesmo com a declaração de insolvência apontada na auditoria realizada  
36 pelo Conselho Federal a nova gestão está buscando alternativas. Dr. Fábio indagou quais serão as  
37 medidas adotadas no sentido de responsabilizar os ex-gestores ante a insolvência nas finanças e das  
38 demandas trabalhistas. Dra. Elaine Ayres questionou acerca da viabilidade na construção do Clube de  
39 Taguatinga. Dr. Walter sugeriu que fosse nomeada uma comissão para fazer uma avaliação sobre a  
40 conduta dos ex-gestores enfatizando que atualmente a diretoria não está focada nessa responsabilização.  
41 Dr. Célio teceu considerações esclarecendo que esse estudo deverá ser submetido à avaliação do



1 Conselho. Dr. Alberly César teceu considerações esclarecendo que o foco deve ser direcionado aos  
2 trabalhos a serem desenvolvidos evitando responsabilização. Dr. Edson Lins em suas considerações  
3 enfatizou que não pode ser considerado perda de tempo à realização do estudo para eventual  
4 responsabilização de ex-gestores focando as dificuldades enfrentadas pelas Subseções ante a falta de  
5 verbas, ao passo que existem notícias de má-gestão de recursos financeiros. Dr. Ildo João citou o atraso no  
6 pagamento dos parcelamentos realizados com o INSS com incidência de multas e juros. Dra. Eunice  
7 asseverou a inviabilidade de apurar responsabilidade de ex-gestores já que as contas foram aprovadas pelo  
8 Conselho, cabendo a atual gestão traçar mecanismos de trabalho implantando um portal de transparência  
9 eficiente. Dra. Carlene Lopes em sua manifestação julgou necessário à realização do estudo. Dr. Fábio e  
10 Edson foram designados para apresentarem estudo prévio de viabilidade acerca de eventual  
11 responsabilização. O Presidente da Caixa de Assistência Dr. Flávio Leão informou que a Caixa recebeu um  
12 passivo de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) que já foi devidamente saldado. Adotou a política de  
13 redução de gastos desligando alguns funcionários. Apresentou projetos que pretende implantar em especial  
14 os escritórios móveis. Quanto aos convênios citou os já pactuados com a Unimed, Bradesco e Certificação  
15 Digital. Por fim informou que a vacinação do vírus H1N1 será realizada tanto na Seccional quanto na  
16 Subseção. Dr. Marcelo Cordeiro falou sobre a atuação da Procuradoria das Prerrogativas, explicando que o  
17 trabalho é realizado em equipe cuja finalidade consiste na valorização do advogado. Citou a Casa de Prisão  
18 Provisória de Palmas, onde a Defensoria tem lugar adequado e privativo para atenderem seus assistidos ao  
19 passo que os advogados atendem seus clientes em pé. Ressaltou algumas melhorias que estão sendo  
20 implantadas com a contratação de um advogado para atender em tempo integral. Ressaltou ações que em  
21 breve serão realizadas em Araguaína e Gurupi em conjunto com os Presidentes das Subseções como a  
22 realização de audiências públicas. Finalizou a sua apresentação conclamou o trabalho conjunto entre os  
23 Procuradores das Prerrogativas da Subseção com os da Seccional. Dr. Walter citou a interposição de um  
24 Habeas Corpus em favor de um colega evitando uma prisão de um advogado. Dr. Alberly César registrou  
25 quão importante é a atuação da Procuradoria de Prerrogativas, trazendo exemplos concretos da Comarca  
26 de Gurupi. Dr. Sergio Dantas trouxe a conhecimento o flagrante desrespeito as Prerrogativas na Comarca  
27 de Colinas especificamente em relação à atuação de uma Juíza do Trabalho que denominou de “**lixo**  
28 **eletrônico**” o trabalho dos advogados, proferindo xingamentos aos profissionais e os retirando da sala de  
29 audiência. Também convidou os presentes a participar do Baile dos Namorados – tema anos 60,  
30 enfatizando que a Subseção não terá nenhum custo para a realização do evento. Após o relato Dr. Marcelo  
31 Cesar informou desconhecer os fatos convidando para uma reunião com a oitiva dos advogados envolvidos.  
32 Dr. Walter Ohofugi esclareceu aos presentes como recebeu a Comissão de Prerrogativas sem arquivos,  
33 controle de prazo e andamento de processos. Dr. Célio informou que os registros de sociedade e a  
34 alteração do nome da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência foram retirados de pauta por  
35 necessitarem de deliberação e aprovação. Dra. Elaine Ayres em breve apresentação do Tribunal de Ética e  
36 Disciplina esclareceu o andamento dos processos éticos disciplinares registrando o quantitativo de 830  
37 (oitocentos e trinta) processos lançados, 555 (quinhentos e cinquenta e cinco) em andamento processos em  
38 andamento, destes 69 (sessenta e nove) foram instaurados na atual gestão. Enfatizou que participou do  
39 Encontro Nacional dos Tribunais de Ética e Disciplina e Corregedores e, que a Seccional já realizou um  
40 evento/palestras na Seccional sobre o novo Código de Ética e Disciplina que será estendido às Subseções.  
41 Conclamou aos presentes que promovam consultas ao TED antes da entrada em vigor do novo Código de



1 Ética e Disciplina já que o Conselho Federal almeja editar Provimento regulando eventuais omissões. Dr.  
2 Edson Lins teceu considerações acerca dos critérios utilizados pela Defensoria Pública Estadual no  
3 atendimento. Em seguida franqueou a palavra ao Dr. Hugo que apresentou um relatório sobre os critérios  
4 reportando a Resolução 104/2013. Inclusive esclareceu que não consta na Resolução parâmetros  
5 específicos sobre a fixação dos critérios e a triagem aos assistidos é feita de forma aleatória cabendo a  
6 Ordem cobrar uma triagem mais rigorosa, com a finalidade de alterar a respectiva Resolução. Reportou aos  
7 mutirões realizados pela Defensoria nos Presídios destacando que os Defensores ingressam em processos  
8 com advogados constituídos. Dr. Ronan remeteu ao artigo 9º da Resolução 104/2013 sustentando a  
9 necessidade de rediscutir a Resolução e critérios fixados para o perfil do assistido. Dr. Edson Lins  
10 acrescentou que os procuradores do Estado não estão comparecendo nas audiências que o Estado figura  
11 no pólo passivo das ações judiciais, conclamando aos Conselheiros procuradores que intervenham para  
12 abolir essa prática. Dr. Walter Ohofugi solicitou um relatório para realização de reunião com o Procurador  
13 Geral do Estado. Com relação à problemática da Defensoria informou que os diálogos foram estabelecidos  
14 através do canal da denúncia, com a necessidade de apresentar os casos específicos de atuação dos  
15 Defensores, em processos cujas partes possuem condições de arcar com o pagamento de honorários.  
16 Informou que dia 24/05/16 haverá a primeira reunião com os representantes da Defensoria para início das  
17 tratativas. Dr. José Pinto Quezado salientou os problemas relativos à concessão de justiça gratuita ante ao  
18 indeferimento de pedidos de assistência judiciária dos constituintes dos advogados privados ao passo que  
19 os assistidos da Defensoria não enfrentam esse problema, já que é dada fé pública na triagem dos  
20 assistidos. Dr. Albery César informou que para estabelecer o diálogo com a Defensoria se faz necessário  
21 pontuar quais os principais anseios e formatos para triar os assistidos. Com relação à prestação de Contas  
22 da Caixa de Assistência dos Advogados de 2015 foi apenas concedida vistas ao Conselheiro Edson Lins.  
23 Finalizando os trabalhos, Dr. José Quezado agradeceu a presença de todos registrando que a última  
24 reunião do Conselho realizada na Subseção ocorreu em 2011. Informou que a Subseção possui um imóvel  
25 (lote) no centro da cidade que foi doado pela Prefeitura cabendo uma destinação ao imóvel. Por fim fez uma  
26 breve prestação de contas dos bens adquiridos na atual gestão colocando a Subseção à disposição. Dr.  
27 Ildo João agradeceu o Presidente da Subseção registrando a presença do Ouvidor da OAB Dr. Marcos  
28 Moreira. Dr. Walter Ohofugi citou os esforços para implantação de uma nova vara na Subseção Judiciária  
29 de Araguaína. Lançou-se uma nota de pesar pelo falecimento do advogado Dr. José Pereira de Brito. Com  
30 relação aos Clubes informou que está sendo realizado um estudo de viabilidade acerca da manutenção.  
31 Esgotada a pauta, eu Eliana Ribeiro Correia, secretária *ad hoc*, mediante delegação do Secretário Geral,  
32 lavrei a presente ata que na sessão seguinte será lida, discutida e votada pelos presentes, findando os  
33 trabalhos às 19h.

34  
35  
36 **Walter Ohofugi Júnior**  
37 Presidente

38  
39  
40 **Célio Henrique Magalhães Rocha**  
41 Secretário Geral



1  
2  
3  
4

**Ildo João Cótica Júnior**  
Diretor Tesoureiro